

UnB / CESPE – IGEPREV / PA / Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará Cargo 2: Procurador 08/05/2005

01. Considere os seguintes trechos extraídos da Constituição Federal.

Art. 5.º, XII – É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Art. 125, § 3.º – A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos de Justiça e, em segundo, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes.

Art. 170, parágrafo único – É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Art. 226, § 1.º – O casamento é civil e gratuita a celebração.

O constitucionalista José Afonso da Silva foi o responsável pelo estudo e sistematização da matéria atinente à aplicabilidade das normas constitucionais. No seu clássico trabalho, publicado em 1967, soergueu teoria que vem sendo adotada até mesmo pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo ele, as normas constitucionais podem ser classificadas como normas de eficácia plena, normas de eficácia contida e normas de eficácia limitada.

Considerando essas informações e com relação às normas constitucionais acima, julgue os itens abaixo.

- I. A norma descrita no artigo 226, § 1.º, é exemplo de norma de eficácia plena.
- II. A norma descrita no artigo 170, parágrafo único, é exemplo de norma de eficácia contida.
- III. A norma descrita no artigo 125, § 3.º, é exemplo de norma de eficácia limitada.
- IV. A norma descrita no artigo 5.º, inciso XII, é exemplo de norma de eficácia limitada.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0. B 1. C 2. D 3. E 4.

02. Servidora que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo no serviço público

- a) A após a publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003 poderá se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, desde que cumpra tempo mínimo de 10 anos de efetivo serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e que tenha 35 anos de contribuição e 50 anos de idade.
- b) em 20/10/1998 poderá se aposentar voluntariamente, desde que tenha 40 anos de idade e 20 anos de contribuição.
- c) após a Emenda Constitucional n.º 20/1998 e antes da publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003 poderá se aposentar voluntariamente, desde que tenha 55 anos de idade 25 anos de contribuição.
- d) após a publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003 poderá se aposentar voluntariamente, com proventos integrais, desde que tenha 48 anos de idade e 30 anos de contribuição.
- e) após a publicação da Emenda n.º 41/2003 e que complete 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria e que tenha 60 anos de idade poderá se aposentar voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

UnB / CESPE – IGEPREV / PA / Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará Cargo 3: Técnico de Administração e Finanças 08/05/2005

03. A respeito das atribuições e responsabilidades do presidente da República e dos governadores de estado, assinale a opção incorreta.

- a) A O governador de estado detém imunidade formal em relação ao processo, desde que haja expressa previsão na respectiva constituição estadual de que o mesmo só possa ser processado e julgado por crimes comuns ou de responsabilidade após autorização da assembléia legislativa estadual.

- b) Caso não haja licença para que um governador de estado seja processado pelo cometimento de crime, o prazo prescricional ficará suspenso.
- c) A imunidade formal relativa à prisão prevista na Constituição Federal de 1988 para o presidente da República não pode ser estendida aos governadores do estado.
- d) O presidente da República e os governadores de estado têm prerrogativa de foro para o julgamento de eventuais crimes comuns que pratiquem.
- e) O presidente da República recebeu da Constituição Federal em 1988 a atribuição de editar medidas provisórias. Tal competência não pode ser atribuída aos governadores de estado pelas constituições estaduais.

04. A respeito dos princípios que dão fundamento à República Federativa do Brasil, assinale a opção correta.

- a) A liberdade e o respeito à dignidade do trabalhador são direitos decorrentes do reconhecimento do valor social do trabalho.
- b) A soberania do Estado brasileiro é limitada pela submissão do Brasil às decisões de cortes internacionais às quais venha a se submeter.
- c) A dignidade da pessoa humana é valor que possui conteúdo apenas exortativo, não podendo condicionar, verdadeiramente, a atuação do poder público.
- d) O pluralismo político é princípio que não garante a participação popular nos destinos políticos do país, mas, tão-somente, a participação dos partidos políticos organizados.
- e) A cidadania não deve ser reconhecida como um direito fundamental das pessoas, configurando-se apenas como meta com natureza de princípio prevista na Constituição.

UnB / CESPE – IGEPREV / PA / Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará Cargo 6: Técnico Previdenciário A 08/05/2005

05. A respeito dos servidores militares dos estados, assinale a opção correta.

- a) A polícia militar estadual é responsável pela polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, funcionando como força auxiliar e reserva do Exército brasileiro, estando, ainda, subordinada ao governador do respectivo estado.
- b) À polícia militar incumbe a função de atuar como polícia judiciária, apurando infrações penais.
- c) A execução de atividades de defesa civil é competência constitucional da polícia militar.
- d) A organização e regime jurídico dos servidores militares não diferem do regime geral aplicado aos servidores civis.
- e) Os direitos dos servidores militares decorrem das suas respectivas leis de regência, não se aplicando a eles quaisquer outros direitos trabalhistas.

06. Acerca da sistemática constitucional direcionada à seguridade social no Brasil, assinale a opção incorreta.

- a) A Constituição Federal de 1988 tem capítulo específico destinado ao tratamento da seguridade social, sendo esta tratada como um conceito genérico, no qual se incluem a previdência social, a assistência social e a saúde.
- b) A seguridade social é reflexo de conquistas da classe trabalhadora e, pelo cunho individual que possui, configura um direito de primeira geração.
- c) Há competência concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal (DF) para legislar sobre previdência social.
- d) Caso um estado-membro adote para seus servidores o regime celetista, seus funcionários contribuirão para o custeio da seguridade social, nos termos da Lei n.º 8.212/1991. Diversamente, sendo adotado regime estatutário, deverão ser seguidas as regras dispostas no estatuto de regência.

- e) A seguridade social tem o caráter de rede protetiva em favor dos desassistidos, dos trabalhadores em geral e de seus dependentes, a qual funciona mediante contribuição pública e particular.

07. De acordo com o caput do art. 37, da Constituição Federal de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do DF e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Adicionalmente, o art. 2.º da Lei n.º 9.784/1999 determina que a administração pública obedecerá, entre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesses público e eficiência. Em relação aos referidos princípios, assinale a opção incorreta.

- Alguns dos princípios que informam a administração pública são próprios também de outros ramos do direito público.
- A Constituição de 1988 inovou ao fazer expressa menção a alguns princípios aos quais se submete a administração pública.
- O princípio da legalidade constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais no estado de direito.
- Os princípios da administração pública previstos na Constituição da República são seguidos como princípios norteadores da Lei de Improbidade Administrativa.
- O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 ao reportar-se de modo expreso a princípios que regem a administração pública impediu que outros princípios pudessem ser implicitamente deduzidos do texto constitucional.

08. João é filho de Maria e Paul. Maria é brasileira e Paul é inglês. Em 2004, o casal vivia em Londres quando João nasceu, pois Maria, servidora pública brasileira, não-diplomata, servia ao Brasil na Inglaterra, ao tempo do nascimento de João. Com referência à situação hipotética acima, assinale a opção incorreta.

- Os critérios adotados pelo constituinte para atribuição de nacionalidade a pessoas na situação de João são os critérios sanguíneo e funcional.
- Para que João seja considerado brasileiro, nas circunstâncias profissionais que envolviam a sua genitora na época do seu nascimento, é indiferente o fato de Maria ser brasileira nata ou naturalizada.
- O fato de o pai de João ser inglês não é impedimento para que este adquira a nacionalidade brasileira.
- João só será considerado brasileiro naturalizado se vier a residir no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira.
- João detém a nacionalidade brasileira primária ou originária.

UnB / CESPE – PMDF Admissão ao Curso de Formação de Cabos Policiais Militares Combatentes 15/05/05

As constituições modernas, habitualmente, incluem no seu texto uma Declaração de Direitos. No Brasil, as declarações de direito estiveram presentes em todas as constituições. Em algumas, eram mais abrangentes, em outras, mais reduzidas. O lamentável é que, muitas vezes, os direitos e garantias não foram devidamente respeitados na prática. É de se esperar que a conscientização do povo e a sua maior participação no governo aumentem cada vez mais o respeito às garantias declaradas na Constituição. O artigo 5.º, o mais longo da Carta de 1988, traz, em 77 incisos e dois parágrafos, uma detalhada Declaração de Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

Gleuso Damasceno Duarte. A Constituição explicada ao cidadão e ao estudante. 10.ª ed. Belo Horizonte: Lê, 1995, p. 22 (com adaptações).

À luz do texto acima e dos desdobramentos do tema por ele abordado, julgue os itens que se seguem, relativos a direitos e deveres individuais e coletivos.

09. Ao afirmar que “É de se esperar que a conscientização do povo e a sua maior participação no governo aumentem cada vez mais o respeito às garantias declaradas na Constituição”, o texto se refere a um dos incisos do art. 5.º, que prevê a possibilidade de ação judicial coletiva para o acréscimo de novos incisos no referido artigo.

10. De acordo com inciso do artigo referido no texto, poderá ser privado de direitos o cidadão que invocar crença religiosa ou convicção filosófica ou política para deixar de cumprir obrigação legal a todos imposta e que se recusar a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

11. Considere a seguinte situação hipotética. Para combater um incêndio em imóvel pertencente a Alberto, o Corpo de Bombeiros Militar precisou adentrar uma de suas viaturas em um imóvel vizinho, pertencente a Jonas. Finda a atuação dos bombeiros, restaram prejuízos materiais ao imóvel de Jonas, pois a viatura, em seu deslocamento, danificou jardins, um canil e parte de um muro. Nessa situação, por se tratar de iminente perigo público, Jonas não tem direito a indenização.

12. Embora a Constituição prescreva que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo entrar sem consentimento do morador” e que “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas”, o próprio texto constitucional prevê excepcionalidades em que tais direitos podem ser suprimidos.

Com referência às funções essenciais à justiça, julgue o item abaixo.

13. A Constituição Federal, com o objetivo de dinamizar e instituir controle e segurança à atividade jurisdicional, institucionalizou algumas atividades, atribuindo-lhes o status de funções essenciais à justiça, delas fazendo parte o Ministério Público, a Advocacia, a Defensoria Pública e a Advocacia Pública.

A palavra polícia correlaciona-se com a segurança. Vem da palavra grega polis, que significava o ordenamento político do Estado. Aos poucos, polícia passou a significar a atividade administrativa tendente a assegurar a ordem, a paz interna, a harmonia e, mais tarde, o órgão do Estado que zela pela segurança dos cidadãos.

Com relação ao tema abordado no texto acima e a respeito da organização constitucional dos órgãos de segurança pública, julgue os próximos itens.

14. A multiplicidade dos órgãos de segurança pública prevista pela Constituição Federal de 1988 indica a redução da possibilidade de intervenção das Forças Armadas na segurança interna.

15. A Constituição Federal atribui às polícias militares e aos corpos de bombeiros a qualidade de forças auxiliares e reserva do Exército.

16. A segurança pública é competência e responsabilidade da União.

17. A Constituição Federal concedeu aos municípios a faculdade de constituir guardas municipais, as quais podem exercer atuação de polícia judiciária e ostensiva.

18. As polícias civis e militares do Distrito Federal (DF) são organizadas e mantidas pelo governo do DF e estão entregues ao comando do governador.

UnB / CESPE – SERPRO Cargo 2: Analista – Especialização: Assuntos Jurídicos 15/05/2005

Julgue os itens subseqüentes, acerca da organização administrativa da União.

19. As autarquias, fundações públicas, as sociedades de economia mista e as empresas públicas compõem a denominada administração pública indireta.

20. Na desconcentração, há delegação de serviço público para uma outra instituição.

21. Administração indireta é sinônimo de serviço descentralizado. Assim, todo serviço descentralizado será exercido necessariamente pelas entidades que compõem a administração indireta.

22. As agências reguladoras integram a administração pública indireta.

23. Os funcionários das empresas públicas e das sociedades de economia mista ocupam emprego público e são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, mas são selecionados por meio de concurso público.

UnB / CESPE – TCU / ACE I Cargo: Analista de Controle Externo – Área de Controle Externo 14/05/2005

Acerca dos princípios constitucionais relativos ao direito administrativo, julgue os itens que se seguem.

24. A existência de atos administrativos discricionários constitui uma exceção ao princípio da legalidade, previsto expressamente na Constituição da República.

25. Um professor de direito afirmou a seus alunos que, em virtude do princípio constitucional da irretroatividade, a invalidação de um ato administrativo não atinge efeitos do ato ocorridos anteriormente à data da invalidação. Nessa situação, a afirmação do professor é equivocada.

26. Um jornal noticiou que, de acordo com o princípio constitucional da publicidade, a publicação na imprensa oficial é requisito essencial de validade dos atos administrativos praticados pela administração federal direta. Nessa situação, a afirmação veiculada pelo jornal é correta.

UnB / CESPE – TCU / ACE I Cargo 1: Analista de Controle Externo – Área de Apoio Técnico e Administrativo – Especialidade: Biblioteconomia 14/05/2005

O processo orçamentário brasileiro, em especial o do governo federal, vem passando por inovações importantes nos últimos anos, que se reportam a normas com fulcro em dispositivos específicos da própria Constituição Federal. Com relação a esse tema, julgue os itens a seguir.

27. A Lei Orçamentária Anual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

28. Os créditos especiais destinam-se a atender às despesas urgentes e imprevisíveis, como ocorre em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública. Conseqüentemente, não decorrem de planejamento e de orçamento e requerem ações urgentes do poder público.

29. Não compete ao Congresso Nacional a proposição de plano plurianual ou mesmo a alteração do plano vigente. Porém, no seio do Parlamento, a proposta de plano plurianual — encaminhada pelo presidente do Poder Executivo, frise-se — poderá receber emendas, apresentadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMPOF), onde recebem parecer, que, após votado na Comissão, é apreciado pelo Congresso Nacional na forma do Regimento Comum.

30. O presidente da República pode enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificações ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, enquanto não for iniciada na CMPOF a votação da parte cuja alteração é proposta.

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete

31. julgar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República, em 60 dias a contar de seu recebimento.

32. apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

33. prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas casas, ou por quaisquer de seus membros, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.

UnB / CESPE – TRE/TO MANHÃ- Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa – 4 – 06/03/2005

34. Considere que, em agosto de 2004, o tribunal de justiça de um estado-membro da Federação tenha editado resolução, por meio da qual definiu o processo de escolha dos juízes de direito para compor o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e estabeleceu que nenhum juiz de direito daquele estado-membro poderia voltar a integrar o TRE, na mesma classe ou em classe diversa, por dois biênios consecutivos. Ante essa situação hipotética, assinale a opção incorreta.

- a) A Constituição Federal estabelece que haverá, na capital de cada estado-membro da Federação, um TRE, cuja composição inclui dois juízes de direito, escolhidos pelo tribunal de justiça daquele estado-membro.
- b) A resolução do tribunal de justiça, de que cuida a hipótese considerada, padece de vício de inconstitucionalidade material, uma vez que proíbe ao juiz, quando a Constituição Federal lhe faculta, servir no TRE por dois biênios consecutivos.
- c) A inconstitucionalidade da referida resolução pode ser argüida perante o Supremo Tribunal Federal (STF), órgão que detém a competência precípua para a guarda da Constituição Federal e que tem, entre outras atribuições, a competência para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual questionado perante a Constituição Federal.
- d) Caso a referida resolução esteja simultaneamente em conflito com a Constituição estadual, fica afastada, por disposição expressa da Constituição Federal, a competência do tribunal de justiça para processar e julgar eventual representação de inconstitucionalidade da mencionada norma em face da Constituição estadual, haja vista o inequívoco interesse do órgão julgador no objeto da representação.
- e) Se a primeira recondução de algum juiz de direito ao TRE for obstada em razão da resolução de que trata o texto, esse juiz terá legitimidade para impetrar mandado de segurança para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, consoante estabelece a Constituição Federal.

35. Considere que o seguinte trecho tenha sido extraído de um acórdão proferido em julgamento efetuado por um tribunal superior brasileiro, em 2004.

A escuta e gravação por terceiro de comunicação telefônica alheia, sem autorização judicial e sem a ciência dos interlocutores configura ato ilícito. No presente caso, a situação reveste-se de maior gravidade, uma vez que o terceiro é um agente do Estado, ocupante de cargo público em órgão integrante do Poder Executivo federal, que deveria justamente zelar pelo cumprimento das normas legais vigentes.

A prova obtida mediante a escuta gravada por terceiro de conversa telefônica alheia é patentemente ilícita em relação aos interlocutores não-sabedores da intromissão indevida, independentemente do conteúdo do diálogo assim captado, devendo tal prova ser excluída do processo judicial.

A divulgação desse conteúdo, em rede nacional de televisão, por uma emissora pública, com personalidade jurídica própria, mas de propriedade do Estado, sem a autorização dos interlocutores, configura dando moral, tido como lesão à personalidade, à honra da pessoa. O valor da indenização pelo dano moral deve ser arbitrado com razoabilidade, de modo a evitar o enriquecimento ilícito do ofendido.

Em face do acórdão hipotético acima transcrito, assinale a opção incorreta.

- a) A determinação do tribunal, no sentido de que fosse excluída do processo judicial a prova em questão, está em harmonia com disposição expressa da Constituição Federal, segundo a qual são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- b) A emissora pública, de propriedade do Estado, ao efetuar a divulgação, em rede nacional de televisão, de conversa telefônica, ilicitamente gravada, contrariou dispositivo da Constituição Federal, que garante a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

- c) O agente estatal, ao proceder à escuta e à gravação de conversa telefônica alheia, sem a devida autorização judicial, afrontou dispositivo da Constituição Federal que somente permite a violação das comunicações telefônicas, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- d) O procedimento do agente estatal, ocupante de cargo público, fez que o Estado desrespeitasse direito fundamental garantido pela Constituição Federal; ressalte-se que tal categoria de direitos tem, entre as suas finalidades, a de estabelecer uma rede de proteção às pessoas contra possíveis excessos do poder estatal.
- e) Em situações como as tratadas no texto, a Constituição Federal assegura ao ofendido o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, estabelecendo ainda, de modo explícito, que o valor a ser indenizado deve corresponder ao efetivo prejuízo sofrido pelo ofendido, devendo ser arbitrado com razoabilidade.

36. Roberval, atual prefeito do município de Luzilândia em seu primeiro mandato, é candidato à reeleição. Roberval tem um filho, Bernardo, hoje com 19 anos de idade, nascido em território estrangeiro, em ocasião em que nem o pai nem a mãe estavam a serviço da República Federativa do Brasil. Considerando a situação hipotética descrita e as atuais disposições da Constituição Federal atinentes à nacionalidade, aos direitos políticos e aos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Bernardo não pode ser considerado brasileiro, a menos que preencha simultaneamente as seguintes condições, estabelecidas na Constituição Federal: tenha sido, ao nascer, registrado na repartição brasileira competente no exterior; tenha vindo residir no Brasil antes da maioridade; e, ao completar 18 anos, tenha optado pela nacionalidade brasileira.
- b) Roberval pode ser reeleito para um único período subsequente, desde que renuncie ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
- c) Mesmo que Bernardo tenha vindo residir no Brasil e tenha optado pela nacionalidade brasileira, haverá impedimento a que se candidate a vereador no município de Luzilândia.
- d) Ainda que Bernardo tenha vindo residir no Brasil e tenha optado, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, ele não poderá jamais ocupar alguns cargos enumerados taxativamente pela Constituição Federal, tais como membro da carreira diplomática e oficial das forças armadas.
- e) Caso Bernardo tenha vindo residir no Brasil e tenha optado pela nacionalidade brasileira, ele não poderá doravante perder essa nacionalidade.

37. Quanto à ordem social e aos direitos fundamentais, estabelecidos na Constituição Federal, assinale a opção incorreta.

- a) A Por disposição expressa da Constituição Federal, quaisquer normas reguladoras das contribuições sociais instituídas para o financiamento da seguridade social somente podem entrar em vigor após decorridos noventa dias da data da publicação da lei respectiva.
- b) A instituição de um sistema único de saúde, por meio de uma rede regionalizada e hierarquizada, está prevista na Constituição Federal, devendo tal sistema ser organizado de acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.
- c) A autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades está estabelecida na Constituição Federal, que prevê também a obediência, pelas universidades, ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- d) A Constituição Federal estabelece que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, entre outras consequências, a sanções penais. Ainda que, por sua própria natureza, não caiba a cominação de penas privativas de liberdade para as pessoas jurídicas, as sanções penais a

elas aplicáveis devem observar alguns princípios constitucionais, entre eles o de que não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal.

- e) A Constituição Federal define requisitos e prazos mínimos para a dissolução do casamento civil pelo divórcio: separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

38. Relativamente às normas da Constituição Federal atinentes aos Poderes Legislativo e Executivo, assinale a opção incorreta.

- a) O legislador constituinte brasileiro distribuiu as funções estatais entre os poderes da República, sem, contudo, atribuir a exclusividade absoluta da função a determinado poder. Assim, o Poder Legislativo tem, como funções típicas, as de legislar e fiscalizar e, como funções atípicas, as de julgar e administrar.
- b) No sistema federativo e republicano brasileiro, o Poder Legislativo é bicameral em todos os níveis, reunindo-se os seus membros anualmente, de 15 de janeiro a 30 de junho e de 1.º de julho a 15 de dezembro, período denominado de sessão legislativa, sendo que cada legislatura compõe-se de quatro sessões legislativas.
- c) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada estado, em cada território (se houver) e no Distrito Federal; a Constituição Federal, todavia, atenua o critério da proporcionalidade absoluta entre os representados e os representantes, ao determinar que nenhuma das unidades da Federação tenha menos de oito e mais de setenta deputados federais.
- d) Ressalvado o caso de vacância de ambos os cargos de presidente e vice-presidente da República durante o mandato, o presidente da República é eleito pelo povo, em votação direta e secreta, para mandato de quatro anos; nessa situação, o sistema eleitoral adotado é o majoritário de dois turnos, segundo o qual é considerado eleito o candidato que obtiver, no primeiro turno, a maioria absoluta dos votos, não computados os em branco e os nulos; ou que obtiver, no segundo turno, a maioria dos votos válidos.
- e) A Constituição Federal exige alguns requisitos para a candidatura ao cargo de presidente da República, entre eles, os de ser brasileiro nato, estar em pleno exercício dos direitos políticos, ter mais de 35 anos de idade e possuir filiação partidária.

UnB / CESPE – TRT / 16.ª Região CADERNO ALUÍSIO AZEVEDO – 24/07/2005 Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Acerca da organização do Estado e dos poderes previstos na Constituição Federal, julgue os próximos itens.

39. Compete privativamente à União legislar sobre seguridade social, direito tributário, financeiro, penitenciário e econômico.

40. Para ser presidente da República, o cidadão terá de ter, no mínimo, 35 anos de idade e, para ser governador de estado, no mínimo, 21 anos.

41. Constituem competências do Supremo Tribunal Federal: processar e julgar, originalmente, ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal e julgar o presidente e o vice-presidente da República nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.

Quanto aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, julgue os itens que se seguem.

42. A justiça brasileira concederá sempre mandado de segurança a quem sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

43. Para a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, o remédio jurídico é o mandado de injunção.

44. O cidadão brasileiro que queira assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, deverá impetrar ação popular.

45. São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de mãe brasileira, desde que venham residir no Brasil e optem, dentro do prazo de um ano, pela nacionalidade brasileira.

46. É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregados interessados, não podendo ser inferior à área de um município.

47. Nulo.

UnB / CESPE – TRT / 16. Região a CADERNO ALUÍSIO AZEVEDO – 24/07/2005 Cargo 8: Analista Judiciário – Área: Judiciária

A respeito da organização dos poderes, prevista na Constituição da República, julgue os itens que se seguem.

48. Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o presidente e o vice-presidente da República e os ministros de Estado.

49. Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República nos crimes de responsabilidade.

50. São de iniciativa privativa do presidente da República as leis que disponham sobre a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como as normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos estados, do DF e dos territórios.

51. O presidente da República pode adotar medida provisória, com força de lei, em caso de relevância e urgência, inclusive sobre matérias relativas a aumento salarial de servidor público, previdência social, nacionalidade, planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares.

52. Terão início no Senado Federal, por ser considerada a Câmara Alta, as discussões e votações dos projetos de lei de iniciativa do presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores.

Julgue os próximos itens, acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas previstas na Constituição Federal.

53. O estado de sítio é a medida utilizada pelo presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa, para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades naturais de grandes proporções.

54. Na hipótese de o Brasil passar por comoção grave de repercussão em todo o território nacional ou de haver declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, o presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar estado de defesa.

UnB / CESPE – TRT / 16. Região a 24/07/2005 Cargo 9: Analista Judiciário – Área: Judiciária – Especialidade: Execução de Mandados

Considere que, após observado o procedimento estabelecido na Constituição Federal, tenha sido criado, em maio de 2005, um novo estado da Federação, denominado Maranhão do Sul.

Considerando a situação hipotética descrita e tendo em vista as disposições da Constituição Federal atualmente vigentes, julgue os itens seguintes.

55. Deverá ser instalado, no novo estado do Maranhão do Sul, de acordo com a Constituição Federal (CF), pelo menos um tribunal regional do trabalho (TRT) composto de, no mínimo, sete juízes togados e vitalícios, recrutados, quando possível, na respectiva região.

56. Nas comarcas do estado do Maranhão do Sul em que não forem criadas varas da justiça do trabalho ou nas que não forem abrangidas pela jurisdição das varas eventualmente criadas, a lei poderá atribuir a jurisdição trabalhista aos juízes de direito.

57. Os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) serão escolhidos entre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, nomeados pelo presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, observados os critérios constitucionais.

58. O Maranhão do Sul deverá ter um representante, togado e vitalício, no TST, escolhido entre os juízes integrantes do TRT do recém-criado estado.

59. Os juízes do TRT do estado do Maranhão do Sul deverão ser nomeados pelo presidente da República, escolhidos mediante listas tríplices elaboradas pelos ministros togados e vitalícios do TST, observados, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento.

60. No primeiro grau, tendo sido instituída ou não vara da justiça do trabalho, a jurisdição trabalhista no estado do Maranhão do Sul será exercida por um juiz singular e não por um órgão colegiado.

61. O TRT do estado do Maranhão do Sul deverá instalar a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

62. De todas as decisões proferidas pelos juízes de direito do estado do Maranhão do Sul, nas comarcas em que não forem instituídas varas da justiça do trabalho, caberá recurso ao TRT daquele estado.

63. A supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da justiça do trabalho de primeiro e segundo graus, no estado do Maranhão do Sul, será exercida — na forma da lei ou, enquanto esta não for promulgada, de resolução do TST — pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, quando este for instalado.

64. O TRT e as varas da justiça do trabalho do estado do Maranhão do Sul deverão, obrigatoriamente, constituir câmaras regionais para, assim, funcionar descentralizadamente e assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Com relação à competência da justiça do trabalho, estabelecida na Constituição Federal, julgue os itens a seguir.

65. É competência da justiça do trabalho processar e julgar uma ação oriunda da relação de trabalho prestado em território brasileiro, proposta por um empregado brasileiro contra uma pessoa jurídica de direito público externo.

66. Compete à justiça do trabalho decidir conflito decorrente do ajuizamento de dissídio coletivo pelo Ministério Público do Trabalho, em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público.

67. Não é competência da justiça do trabalho julgar mandados de injunção nem habeas corpus, ainda que o ato questionado envolva matéria sujeita à jurisdição trabalhista.

68. O processamento e o julgamento das ações em que se pleiteia indenização por dano patrimonial ou moral decorrente da relação de trabalho não são da competência da justiça do trabalho.

69. A lei pode especificar outras competências da justiça do trabalho, desde que envolvam controvérsias decorrentes da relação de trabalho.

Considerando as normas vigentes da Constituição Federal relativas à organização e competência da justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

70. Um quinto dos ministros integrantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) deve ser escolhido entre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e entre membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) com mais de dez anos de efetivo exercício, atendidos outros requisitos estabelecidos na Constituição Federal.

71. Por disposição expressa da Constituição Federal, são órgãos integrantes da justiça do trabalho apenas o TST e os tribunais regionais do trabalho.

72. A Constituição Federal determina que haverá pelo menos um tribunal regional do trabalho em cada estado e no Distrito Federal. Cada tribunal será composto de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo presidente da República.

73. Entre as competências constitucionais da justiça do trabalho, inclui-se a de processar e julgar os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

74. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho funcionará junto ao TST, cabendo-lhe, entre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e a promoção na carreira.

Em janeiro de 2005, auditores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) constataram, em uma fazenda localizada no interior de determinado estado-membro da Federação, o descumprimento pelo empregador de diversos dispositivos da legislação trabalhista, inclusive com trabalhadores expostos a condições de trabalho degradantes. Os auditores lavraram auto de infração, com aplicação de multas em decorrência do descumprimento de normas de proteção a relações de trabalho. Um dos trabalhadores ingressou com ação contra o empregador pleiteando indenização por danos morais e patrimoniais, em razão das condições de trabalho a que foi exposto.

Considerando a situação hipotética acima e os dispositivos da Constituição Federal vigentes, julgue os itens seguintes.

75. A competência para processar e julgar eventuais ações propostas pela União, relativas às penalidades administrativas aplicadas pelos auditores do MTE, é da justiça do trabalho.

76. Não compete à justiça do trabalho processar e julgar a ação por danos morais e patrimoniais proposta pelo empregado contra o empregador mencionada no texto.

77. É da competência da justiça do trabalho processar e julgar eventual mandado de segurança proposto pelo empregador, por meio do qual questione a legalidade das multas que lhe foram aplicadas pelos auditores do MTE.

78. É da justiça do trabalho a competência para processar e julgar habeas corpus preventivo cujo paciente seja o empregador, visto que a Constituição Federal a ela atribui expressamente a competência para processar e julgar as ações atinentes aos crimes que envolvam empregados e empregadores.

79. No caso de não haver na comarca vara da justiça do trabalho nem a comarca estar abrangida por sua jurisdição, eventuais ações trabalhistas dos empregados contra o empregador poderão ser processadas e julgadas por um juiz de direito investido por lei da jurisdição trabalhista, cabendo recurso para o respectivo tribunal regional do trabalho.

Sem embargo de diversidade de modelos concretos, o princípio da divisão dos poderes, no Estado de Direito, tem sido sempre concebido como instrumento da recíproca limitação deles em favor das liberdades clássicas: daí constituir em traço marcante de todas as suas formulações positivas os pesos e contrapesos adotados.

A fiscalização legislativa da ação administrativa do Poder Executivo é um dos contrapesos da Constituição Federal à separação e independência dos Poderes: cuida-se, porém, de interferência que só a Constituição da República pode legitimar. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 3.046-SP. Diário de Justiça de 28/5/2004, relator: Ministro Sepúlveda Pertence.

Considerando o texto acima, julgue os itens a seguir.

80. A fiscalização legislativa da ação administrativa do Poder Executivo mencionada no texto é uma das atribuições conferidas pela Constituição Federal ao Congresso Nacional, ao qual compete exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

81. Tem sido considerada pela doutrina como uma visível interferência no princípio da separação dos Poderes, de que trata o texto, a competência atribuída pela Constituição Federal ao presidente da República para, em caso de relevância e urgência, editar medida provisória sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente apenas de sanção ou veto presidencial.

82. Uma exceção constitucional ao princípio da separação dos Poderes referido no texto diz respeito à atribuição conferida ao presidente da República para decidir sobre a composição do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), mediante escolha e nomeação dos ministros, após aprovação dos nomes por maioria simples pelo Senado Federal.

83. O princípio da separação dos Poderes de que trata o texto não é absoluto, pois a Constituição Federal atribui competência ao Senado Federal para processar e julgar o presidente da República, nos crimes comuns e de responsabilidade, definidos em lei especial, desde que devidamente autorizado por dois terços da Câmara dos Deputados.

84. A Constituição Federal estabelece que as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a ministros de Estado, sendo que a recusa ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas importam em crime de responsabilidade, cuja competência para processar e julgar foi atribuída ao STF.

Relativamente às normas da Constituição Federal atinentes aos direitos e garantias fundamentais, ao Poder Judiciário e à ordem social vigentes, julgue os itens seguintes.

85. Os tratados e convenções internacionais que forem aprovados pelo Congresso Nacional em sessão conjunta, em dois turnos, por sessenta por cento dos votos dos seus membros, entram para o ordenamento jurídico brasileiro como equivalentes às emendas constitucionais.

86. Diferentemente do que acontece com todos os ministros do STF, a Constituição Federal não exige que os ministros do STJ e do TST sejam brasileiros natos.

87. Nenhum benefício ou serviço da seguridade social pode ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio, sendo que qualquer norma atinente ao sistema de contribuição para a seguridade social somente pode entrar em vigor após decorridos noventa dias da data da publicação da respectiva lei.

88. Constitui um dos objetivos da seguridade social o caráter democrático e descentralizado da sua administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

UnB / CESPE – TRT / 16. Região a CADERNO ALUÍSIO AZEVEDO – 24/07/2005 Cargo 21: Auxiliar Judiciário – Área: Serviços Gerais

Acerca da organização e da competência do Poder Judiciário, julgue os seguintes itens.

89. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) é composto por 27 ministros, escolhidos entre brasileiros com mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade, nomeados pelo presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

90. Compete à justiça do trabalho processar e julgar as ações originadas em relações de trabalho, sendo abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como as ações relativas a acidente de trabalho.

91. A justiça do trabalho tem como órgãos o TST, os TRTs e as varas trabalhistas dos fóruns municipais.

92. Os juízes dos TRTs são nomeados pelo ministro presidente do TST, de acordo com as normas definidas pela Constituição Federal.

UnB / CESPE – TRT / 16. Região a CADERNO ALUÍSIO AZEVEDO – 2005 Cargo 13: Técnico Judiciário – Área: Serviços Gerais – 9 –

João da Silva é, desde 2001, servidor público efetivo do quadro de pessoal de um tribunal regional do trabalho. Em janeiro de 2005, quando ocupava função comissionada não subordinada diretamente à presidência do tribunal, constatou o desaparecimento de um microcomputador que ele havia recebido na véspera. Com o intuito de esconder o ocorrido e livrar-se da responsabilidade, João da Silva retirou da repartição os documentos atinentes à entrega do microcomputador, que ainda estavam sob sua guarda. O processo administrativo disciplinar que foi instaurado em decorrência do caso, concluiu, após o devido contraditório e a ampla defesa, que houve culpa de João da Silva com relação ao desaparecimento do microcomputador e dolo com referência à destruição dos documentos. Foi aplicada a João da Silva uma pena disciplinar de suspensão de quinze dias. Inconformado com essa punição, ele impetrou mandado de segurança.

Considerando a situação hipotética descrita acima e as disposições da Lei n.º 8.112/1990 e da Constituição Federal vigente, julgue os itens seguintes.

93. Tendo em vista que não foi comprovado dolo de João da Silva, mas apenas culpa quanto ao desaparecimento do microcomputador, ele não estará obrigado a reparar o prejuízo, ainda que tenha havido dano ao erário, pois nesses casos há afastamento legal expresso da responsabilidade civil.

94. Caso a aplicação da penalidade a João da Silva fosse decidida administrativamente pelo plenário do tribunal regional do trabalho, a decisão, por imposição da Constituição Federal, deveria ser motivada e em sessão pública, além de ser tomada pelo voto da maioria absoluta dos membros do colegiado.

95. O mandado de segurança referido no texto é uma ação prevista na Constituição Federal que tem por finalidade proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

96. Por disposição expressa da Constituição Federal, a competência originária para processar e julgar o mandado de segurança em questão é do TST.

Relativamente às normas da Constituição Federal atinentes à organização do Estado, à organização dos Poderes e aos direitos do consumidor vigentes, julgue os itens a seguir.

97. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos dotados de autonomia e aos quais a Constituição Federal atribui os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si, para o exercício das suas competências.

98. A Constituição Federal inclui, de forma expressa, a defesa do consumidor entre os princípios gerais da atividade econômica.

UnB / CESPE – TRE/TO MANHÃ 2005 Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa – 8 –

99. A respeito da organização dos poderes do Estado, assinale a opção correta.

- a) A República Federativa do Brasil adota a teoria da tripartição de poderes, prevendo, ainda, que sejam eles independentes e harmônicos entre si.
- b) O Tribunal de Contas da União é um dos tribunais superiores que fazem parte do Poder Judiciário brasileiro.
- c) Em toda a história republicana brasileira, adotou-se a teoria da tripartição dos poderes, exceto a partir de 1988, quando a Constituição Federal, além dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, expressamente instituiu o Ministério Público como mais um poder, passando a vigorar a teoria quatripartite dos poderes do Estado.

- d) A previsão de que ao Senado Federal compete aprovar, previamente, a escolha de presidente e diretores do Banco Central do Brasil viola o princípio de independência entre os poderes do Estado.
- e) O TSE, por ser um órgão de jurisdição especializada, não integra os quadros do Poder Judiciário brasileiro.

100. Acerca das determinações constitucionais e da administração financeira e orçamentária do setor público, assinale a opção incorreta.

- a) A lei orçamentária anual não contém dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- b) O poder executivo publica, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- c) O projeto de lei orçamentária deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- d) A lei que institui o PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- e) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes podem ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos adicionais, com prévia e específica autorização legislativa.

101. O poder legislativo não pode aprovar emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, senão quando

- a) aprovadas por maioria absoluta dos congressistas.
- b) compatíveis com a programação plurianual.
- c) tiverem parecer favorável das comissões técnicas competentes.
- d) indicarem recursos provenientes da anulação de despesas.
- e) criarem as receitas necessárias ao seu financiamento.

UnB / CESPE – AGE / ES – Concurso Público – Aplicação: 24/10/2004 Cargo 5: Auditor do Estado – Área: Qualquer Formação de Nível Superior

Julgue os itens que se seguem, acerca de direito constitucional.

102. Se o município de Vitória – ES deixasse de pagar, por dois anos consecutivos e sem motivo de força maior, a dívida pública consolidada, existiria causa suficiente para justificar a intervenção do estado do Espírito Santo no referido município.

103. O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) é o órgão do Poder Judiciário estadual competente para julgar as autoridades públicas desse estado por crime de irresponsabilidade fiscal.

104. Compete à Câmara Municipal do município de Vitória – ES exercer, mediante controle externo, a fiscalização contábil e orçamentária da administração direta desse município, bem como das autarquias e empresas públicas municipais.

Acerca das normas que regem o direito constitucional brasileiro, julgue os itens seguintes.

105. As funções típicas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são criar a lei, executar a lei, e julgar em conformidade com a lei, respectivamente. Contudo, todos os poderes criam, executam e julgam em conformidade com a norma jurídica.

106. Em consonância com os critérios adotados para a classificação do texto constitucional, a atual Constituição Federal brasileira é escrita, rígida, promulgada, histórica e material.

107. Conforme expressa disposição constitucional, a organização político-administrativa do Brasil compreende a União, os estados-membros, o DF e os municípios, todos soberanos e autônomos.

108. O preâmbulo da Constituição Federal, por não trazer disposições de ordem político-estruturais do Estado, não é considerado texto constitucional propriamente dito.

109. Se determinado Estado soberano adotar, como sistema de governo, o sistema presidencialista, então as funções de chefe de Estado e de chefe de governo serão exercidas por uma única pessoa, o presidente da República, como ocorre no Brasil.

UnB / CESPE – AGE / ES – Concurso Público – Aplicação: 24/10/2004 Cargo 2: Auditor do Estado – Área: Direito

Quanto ao direito constitucional brasileiro, julgue os seguintes itens.

110. Considere a seguinte situação hipotética. Pedro foi privado de sua liberdade de locomoção, sem fundamento legal, no curso de procedimento investigatório levado a efeito por delegado da Polícia Federal, por apresentar depoimento contraditório. Nessa situação, Pedro poderá impetrar *habeas corpus*, o qual prescinde da assinatura de advogado, bem como da observância de quaisquer formalidades processuais ou instrumentais.

111. Considere a seguinte situação hipotética. Manoel, servidor público estadual, é candidato a prefeito de determinada cidade e, em conformidade com pesquisas oficiais, será eleito em primeiro turno. Nessa situação, caso Manoel seja eleito e investido no mandato de prefeito, deverá ser afastado do cargo que ocupa na administração pública estadual e estará obrigado, necessariamente, a perceber a remuneração de prefeito, mesmo que seja menor que a anteriormente auferida.

112. Se, em face da necessidade de se disciplinar matéria relativa ao meio ambiente, for proposta emenda à Constituição Federal, esse ato normativo constituirá preceito constitucional.

113. Considere a seguinte situação hipotética. O presidente da República, em conjunto com ministro de Estado, praticou crime de responsabilidade, em afronta ao exercício de direitos políticos, no curso de procedimento de eleição para deputado federal. Nessa situação, a competência para processar e julgar o ministro de Estado será privativa do Senado Federal.

114. Verificada a prática de ato danoso ao meio ambiente, levado a efeito por determinada pessoa jurídica de direito privado, caberá ao Ministério Público, única e exclusivamente, o ajuizamento de ação civil pública contra o causador do dano.

115. A floresta amazônica e o pantanal mato-grossense são considerados patrimônios nacionais e a utilização dos seus recursos naturais subordina-se às disposições legais que assegurem a preservação do meio ambiente.

UnB / CESPE – AGU – Aplicação: 10/10/2004 Cargo: Advogado da União – 3 – PROVA ALFA —

Com a promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934, inaugurou o Brasil a terceira grande época constitucional de sua história; época marcada por crises, golpes de Estado, insurreição, impedimentos, renúncia e suicídio de presidente, bem como pela queda de governos, repúblicas e constituições. Sua mais recente manifestação formal veio a ser a Carta de 5 de outubro de 1988.

Paulo Bonavides. Curso de direito constitucional, 10.^a ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000, p. 332 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, acerca da evolução constitucional do Brasil, das normas constitucionais programáticas, das disposições constitucionais transitórias, da hermenêutica constitucional e do poder constituinte.

116. A Constituição de 1934 disciplinou a subordinação do direito de propriedade ao interesse social.

117. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por conter normas que disciplinam situações de transição entre o texto constitucional anterior e o novo texto ou normas que perdem sua vigência após exaurida a sua eficácia provisória, é independente em relação à Constituição.

118. São efeitos concretos das normas constitucionais programáticas, entre outros, condicionar a atividade discricionária da administração e do Poder Judiciário e condicionar o conteúdo da legislação futura.

119. O princípio da conformidade funcional impõe que, na concretização constitucional, o intérprete-aplicador considere a Constituição em sua globalidade, evitando que o resultado da tarefa interpretativa crie antinomias ou antagonismos entre as normas constitucionais.

120. No caso brasileiro, os efeitos do exercício do poder constituinte derivado sobre a legislação anterior à promulgação do novo texto constitucional são de duas naturezas: ou as normas são recepcionadas, por estarem formal e materialmente em conformidade com o novo texto constitucional, ou são consideradas revogadas por inconstitucionalidade.

Julgue os itens subseqüentes, relativos à evolução histórica do controle de constitucionalidade no sistema brasileiro, à ação direta de inconstitucionalidade, à ação declaratória de constitucionalidade e à arguição de descumprimento de preceito fundamental.

121. A ação direta de inconstitucionalidade proposta por um partido político será extinta por perda de legitimidade ativa para a sua propositura, se, após iniciado o seu julgamento, o referido partido perder sua representação parlamentar no Congresso Nacional.

122. A arguição de descumprimento de preceito fundamental comporta uma arguição direta ou autônoma de descumprimento de preceito fundamental, que pode revestir-se de caráter preventivo ou repressivo.

123. Deve haver a manifestação do Advogado-Geral da União nas ações declaratórias de constitucionalidade, em virtude da possibilidade de declaração, nessas ações, da inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo federal.

UnB / CESPE – AGU – Aplicação: 10/10/2004 Cargo: Advogado da União – 3 – — PROVA ALFA

Com relação aos direitos e garantias individuais e coletivos, aos direitos sociais e sua efetivação e aos princípios constitucionais do trabalho, julgue os itens seguintes.

124. A efetivação dos direitos sociais que impliquem uma prestação estatal submete-se a uma reserva do possível, cujo conteúdo, *lato sensu*, compreende tanto a capacidade do Estado de cumprir a obrigação como a razoabilidade da prestação exigida, em face do caso concreto.

125. Caberá ação popular contra ato de conteúdo jurisdicional que ofender ao princípio da moralidade administrativa.

126. Não há ofensa ao princípio da irredutibilidade salarial, aplicado à administração pública, se, simultaneamente a aumento do salário-base, que assegure, ao final, um aumento do valor nominal da remuneração, reestrutura-se a composição da remuneração, reduzindo-se os percentuais das gratificações percebidas pelos servidores, sem que isso implique redução nominal do valor dessa gratificação.

Acerca da Federação brasileira, da organização dos poderes, das competências da União e dos estados-membros, julgue os itens a seguir.

127. O federalismo brasileiro constitui um federalismo de duplo grau por ter a Constituição da República reconhecido aos municípios autonomia política, administrativa, normativa e financeira e definido suas competências privativas, regra geral, de forma expressa.

128. A constituição estadual, em face do princípio da simetria, pode definir os crimes de responsabilidade do governador do estado, ampliando as hipóteses previstas no texto da Constituição Federal, para fazer as adaptações necessárias no nível estadual.

129. No âmbito da competência legislativa concorrente entre União e estados, revogada a norma geral federal que disciplinava a matéria de forma contrária ao disposto em lei estadual, esta recobra sua eficácia, caso não tenha sido revogada por outra lei estadual.

Julgue os itens subseqüentes com referência aos princípios constitucionais da administração pública, ao processo legislativo e aos crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado.

130. A transparência e a desburocratização são, entre outras, obrigações do Estado decorrentes do princípio da eficiência.

131. É de competência da Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo por crime de responsabilidade cometido pelo Presidente da República e a instauração de processo por crime de responsabilidade praticado por Ministro de Estado, sendo este último apenas no caso em que o crime praticado pelo Ministro seja conexo ao praticado pelo Presidente da República.

132. Após a aprovação do projeto de lei de conversão pelo Congresso Nacional e de seu envio à sanção presidencial, permanece em vigência a medida provisória (MP) correspondente, apenas pelo período que lhe reste do prazo de 120 dias contados da data de sua publicação; caso transcorra o período restante de vigência da MP antes da sanção do projeto de lei de conversão, ela será considerada revogada, cabendo ao Congresso Nacional, por decreto legislativo, disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.

Acerca do estatuto constitucional da magistratura e da organização e competência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue os seguintes itens.

133. O STF seria o tribunal competente para, originariamente, julgar *habeas corpus* interposto com a finalidade de suspender o curso de ação penal que fosse proposta contra o Presidente da República, antes da sua investidura, por crime contra a honra que eventualmente fosse praticado durante o período em que o atual presidente concorria, pela primeira vez, ao cargo que agora ocupa.

134. Nos termos definidos no texto constitucional, é possível a promoção de entrância para entrância, por merecimento, de juiz que não integre a quinta parte da lista de antiguidade da respectiva entrância.

135. A representação da União, judicial e extrajudicialmente, é feita pela Advocacia-Geral da União de forma direta ou por meio de órgão vinculado, cabendo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a representação da União na execução da dívida ativa de natureza tributária, observado o disposto em lei.

UnB / CESPE – AGU Grupo I Concurso Público – Aplicação: 31/3/2002 Cargo: Procurador Federal de 2.ª Categoria – 1 / 13

Quanto à Constituição, às normas constitucionais, ao poder constituinte e aos direitos sociais, julgue os itens abaixo.

136. Uma das classificações das constituições leva em consideração os mecanismos previstos para a mudança delas, do que resultam as categorias de constituições rígidas, flexíveis e semi-rígidas; as flexíveis são aquelas que não exigem mecanismos especiais de alteração, mais solenes e complexos que os aplicados à produção do direito infraconstitucional; em todas essas espécies, devido à supremacia da Constituição, deve haver mecanismos adequados de controle de constitucionalidade.

137. Embora polêmica a existência das chamadas normas programáticas, a doutrina e a jurisprudência prosseguem fazendo referência a elas; essas normas juridicizam valores que cabe ao Estado realizar, e sua normatização dirige-se ao Poder Legislativo — ao qual cabe disciplinar os aspectos legais dos programas constitucionais —, mas também se destina aos demais órgãos do Estado.

138. Considere a seguinte situação hipotética. O Congresso Nacional instalou uma comissão de revisão constitucional com a finalidade de atualizar a Constituição de 1988. Por considerar que os procedimentos de reforma constitucional vigentes seriam excessivamente difíceis, a comissão sugeriu, no início de seus trabalhos, que se aprovasse emenda constitucional para abrandar os requisitos para a atualização pretendida, no período de revisão. Nessa situação, desde que a emenda em questão fosse aprovada em conformidade com os procedimentos em vigor, não haveria óbice, segundo entende a doutrina, à validade da emenda constitucional nem à validade das emendas que viessem a ser aprovadas de acordo com os novos requisitos constitucionais.

139. Embora os direitos sociais não estejam relacionados especificamente no art. 5.º da Constituição, é, em geral, aceito pela doutrina que esses direitos integram os chamados direitos fundamentais e que não dizem respeito exclusivamente àqueles decorrentes do contrato de trabalho.

No atinente aos direitos fundamentais, julgue os itens seguintes.

140. Historicamente, os direitos que hoje se conhecem como fundamentais surgiram como limitações à ingerência abusiva do Estado na esfera da vida individual; esses direitos, essencialmente ligados à defesa da liberdade, são o que atualmente se denomina direitos de primeira geração (ou de primeira dimensão).

141. Embora a jurisprudência seja predominante quanto à possibilidade de advogados poderem ser processados por crime contra a honra praticado no exercício profissional, a aplicação de normas penais a essas condutas fere, a rigor, o direito à liberdade de expressão, que tem assento constitucional e status de direito fundamental.

142. Considerando que o art. 5.º, XII, da Constituição da República, dispõe que “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”, à luz da teoria dos direitos fundamentais, tem-se aí, no que tange à regulamentação da quebra do sigilo de correspondência e das comunicações, exemplo de incidência do princípio da reserva legal, o qual apresenta distinção em face do princípio da legalidade.

143. O princípio constitucional da igualdade não veda que a lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas que guardem distinções de grupo social, de sexo, de profissão, de condição econômica ou de idade, entre outras; não se admite é que o parâmetro diferenciador seja arbitrário, desprovido de razoabilidade, ou deixe de atender a alguma relevante razão de interesse público.

144. Historicamente, a origem do direito de propriedade imprimiu-lhe a característica privatística que até hoje possui, embora atenuada pela disciplina que o texto constitucional lhe impõe. No entanto, o tratamento jurídico mais expressivo da propriedade limita-se a esses dois ramos do direito: o civil e o constitucional.

A nova conformação conferida pela Constituição de 1988 ao controle abstrato de normas e, em peculiar, à outorga do direito de propositura aos partidos políticos com representação no Congresso Nacional deu nova dimensão política a esse processo de controle. Essa conformação veio reforçar o caráter do controle abstrato de normas como mecanismo de correção do modelo incidental. A ampla legitimação conferida ao controle abstrato, com a inevitável possibilidade de se submeter qualquer questão ao Supremo Tribunal Federal (STF), operou mudança substancial — ainda que não desejada — no modelo de controle de constitucionalidade até então vigente no Brasil.

Gilmar Ferreira Mendes. Jurisdição constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha. 3.ª ed., São Paulo: Saraiva, 1999, p. 323 (com adaptações).

Em face do texto acima e com relação ao controle de constitucionalidade no Brasil, julgue os itens a seguir.

145. O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade é muito rico, uma vez que contempla, simultaneamente, meios de controle difuso e concentrado, bem como mecanismos de controle

preventivo e repressivo; no controle preventivo, porém, não é possível, por meio de ação judicial, impedir o Poder Legislativo de deliberar acerca de determinadas matérias.

146. Considere a seguinte situação hipotética. Um cidadão impetrou mandado de segurança contra ato de autoridade federal, alegando ser inconstitucional norma recém-editada, que fundamentara a prática do ato. O juiz federal indeferiu a segurança, ressaltando inexistir decisão do STF acerca do assunto. O cidadão apelou. Distribuído o recurso a uma das turmas do tribunal regional federal (TRF) competente, o órgão fracionário, na sessão de julgamento, imediatamente após colher parecer da Procuradoria Regional da República, deu provimento ao recurso e, no caso concreto, invalidou o ato, por entender que, de fato, seria inconstitucional a norma atacada. Nessa situação, agiu de maneira juridicamente válida a turma, porquanto, no exercício do controle difuso de constitucionalidade, qualquer órgão jurisdicional brasileiro pode, em situações concretas, deixar de aplicar norma por inconstitucionalidade.

147. Se o procurador-geral da República ajuizar ação direta de inconstitucionalidade (ADI) para que o STF declare, em abstrato, a inconstitucionalidade de certa norma, não poderá, posteriormente, opinar pela improcedência da ação, uma vez que tal parecer significaria, na verdade, a desistência da ação, e isso o STF não admite no controle concentrado de constitucionalidade.

148. Com a Emenda Constitucional n.º 3, de 1993, ingressou no sistema brasileiro de controle abstrato de constitucionalidade a ação declaratória de constitucionalidade, como importante mecanismo para afastar, com efeito vinculante, em certos casos, decisões judiciais contraditórias acerca da constitucionalidade de norma infraconstitucional; no curso desse processo, apesar do caráter objetivo dele, pode o relator solicitar subsídios aos diferentes tribunais que estejam aplicando a norma, para que informem acerca das decisões que a envolvam, no âmbito da respectiva jurisdição.

149. Considere a seguinte situação hipotética. A União foi ré em ação na qual, em grau de recurso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), após o devido processo legal, deixou de aplicar certa norma a um ato jurídico, por considerá-la inconstitucional. O acórdão veio a transitar em julgado. Seis meses após isso ocorrer, a União ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) perante o STF, para que este desconstituísse o acórdão do STJ, e requereu, em liminar, a suspensão da execução do julgado. Nessa situação, a ADPF deveria ser liminarmente indeferida, porque havia outro meio eficaz de sanar a lesividade do acórdão, qual seja, o ajuizamento de ação rescisória. Ademais, a liminar não se poderia conceder para obstar a execução de decisão passada em julgado.

Relativamente aos direitos fundamentais e à Federação brasileira, julgue os itens que se seguem.

150. Considere a seguinte situação hipotética. Um indivíduo cometeu delito de competência da justiça federal, mas, em lugar de o inquérito policial ser enviado ao Ministério Público Federal, o indivíduo foi alvo de denúncia oferecida por promotor de justiça. O juiz de direito igualmente não se apercebeu da própria incompetência e, ao final do processo-crime, proferiu sentença condenatória, em ofensa à norma penal que sancionava a conduta ilícita em questão apenas com pena de multa. O réu apelou ao respectivo tribunal de justiça, que negou provimento ao recurso. Inconformado, o condenado impetrou *habeas corpus* ao STJ, em face da nulidade da condenação, derivada da incompetência da justiça comum. Nessa situação, o *habeas corpus* não era meio adequado para a pretendida anulação do processo penal, não obstante ser correta a alegação de incompetência. Acertou o impetrante, contudo, quanto à competência para o *habeas corpus*, ao ajuizá-lo perante o STJ, para atacar acórdão de tribunal de justiça.

151. Nos atos administrativos discricionários, a autoridade competente tem a seu dispor certa margem decisória, em que procurará atender, do melhor modo, ao interesse público; não obstante esse poder de julgamento, que faz parte da produção do ato, é juridicamente admissível a impetração de mandado de segurança contra ato administrativo discricionário.

152. Determinado estado possui divisões territoriais em que os serviços públicos estão sob a responsabilidade superior de certa autoridade; essas divisões, todavia, não detêm capacidade tributária para gerar e gerir a própria receita, nem a capacidade de interferir na formação da vontade do Estado. Nessas condições, o estado em questão, a despeito de adotar divisões em seu território, não pode ser classificado como federação.

153. Há, na doutrina, defensores de que, do ponto de vista jurídico-formal, os municípios integram a Federação brasileira, por força de norma constitucional que assim dispõe; essas pessoas jurídicas, entretanto, na realidade não integram plenamente a Federação, à míngua do reconhecimento, no texto da lei fundamental, de um grau de autonomia que permita reconhecer-lhes o status de verdadeiro nível da organização federativa brasileira.

154. A possibilidade de o chefe do Poder Executivo da União, no Brasil, editar medidas provisórias constitui importante exceção ao tradicional sistema de freios e contrapesos, uma vez que concentra no mesmo órgão funções de dois dos poderes da República.

Com referência à repartição constitucional de competências, à administração pública e ao Poder Legislativo, julgue os itens subseqüentes.

155. Se determinada competência administrativa não estiver arrolada entre aquelas expressamente conferidas pela Constituição à União, dever-se-á concluir que ela toca aos estados-membros e ao Distrito Federal, uma vez que, na técnica brasileira de repartição de competências, as chamadas competências reservadas cabem a estes e não àquela.

156. Considere a seguinte situação hipotética. Certo órgão público deliberou que precisava de nova sede, a ser construída. Para tanto, obteve a aprovação, na lei orçamentária, de dotação com o valor necessário à obra. Como essa dotação foi aprovada em valor superior ao estritamente indispensável para a construção, o órgão estipulou, no edital de licitação para a obra, especificações que davam ao prédio características de suntuosidade e de luxo excessivo. Nessa situação, não se podem tachar esses atos de juridicamente inválidos, uma vez que todos tiveram amparo legal, materializado na previsão da lei orçamentária.

157. Ato administrativo pode obedecer ao princípio da publicidade mesmo que seu teor não seja divulgado em órgão da imprensa oficial.

158. Considere a seguinte situação hipotética. O presidente de certo ente federal constatou que os vencimentos de seus servidores estavam defasados, do ponto de vista da manutenção do poder aquisitivo deles, em relação aos valores de tempos atrás. Em conseqüência, baixou ato fixando novos valores para esses vencimentos. Nessa situação, do ponto de vista das normas constitucionais que regem os mecanismos de fixação dos vencimentos dos servidores públicos, houve ilicitude no ato do gestor público.

159. Nos últimos anos, o Brasil assistiu, às vezes estupefato, à profusão de comissões parlamentares de inquérito, instaladas em órgãos legislativos para investigar os mais variados e escandalosos fatos; apesar de essas comissões haverem, em muitos casos, prestado importante serviço à sociedade brasileira, é juridicamente correto afirmar que, na verdade, elas não deveriam haver funcionado em detrimento da função verdadeiramente legiferante do Poder Legislativo, porquanto a função investigativa deste é meramente secundária e de importância menor em face da outra.

No que se refere ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

160. Denomina-se referenda a adesão dos ministros de Estado aos atos presidenciais pertinentes à área de sua atuação; a negativa do ministro em apor a referenda tem a conseqüência política de implicar a exoneração do auxiliar do chefe do Poder Executivo, a pedido ou de ofício; juridicamente, porém, a ausência de referenda não torna nulo o ato, segundo pacífica doutrina constitucionalista.

161. Em caso de impedimento do presidente da República, decorrente de julgamento de crime de responsabilidade, aquele ficará inabilitado, por oito anos, apenas para o exercício de mandato eletivo, mas poderá exercer função pública cujo cargo se proveja por concurso.

162. Considere a seguinte situação hipotética. Um indivíduo foi preso por importar armamento de uso privativo das forças armadas, em situação que caracterizou sua conduta como crime político, tipificado na Lei de Segurança Nacional. Ele foi denunciado pelo Ministério Público Federal e condenado, em primeiro grau, por juiz federal. Por discordar da sentença, resolveu recorrer. Nessa situação, a competência para o julgamento era, realmente, da justiça federal, e o recurso contra a sentença deveria ser julgado diretamente pelo STF.

163. Ao se configurar conflito de competência entre acórdão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e decisão de juiz federal, caberá ao STJ julgar o conflito, por envolver órgãos de diferentes ramos do Poder Judiciário.

164. Apesar de o direito à vida ser o mais importante de todos os direitos e de a Constituição da República atribuir à justiça federal a competência para julgar a disputa sobre direitos indígenas, nem todo litígio que envolva ofensa ao direito à vida de indígena será necessariamente de competência da justiça federal.

No que diz respeito ao Ministério Público Federal, à ordem econômica, financeira e social e às limitações constitucionais do poder de tributar, julgue os itens seguintes.

165. Na hipótese de procurador da República conduzir-se de maneira abusiva e ilegal em investigação sob sua responsabilidade, poderá a parte lesada recorrer ao Poder Judiciário para fazer cessar a ilegalidade, bem como, no âmbito do próprio Ministério Público Federal, poderá obter, mediante solicitação fundamentada, que o procurador-geral da República invalide os atos ilegais praticados pelo primeiro.

166. Se determinado imóvel estiver sendo integralmente explorado para fins agrícolas, mas com desrespeito às normas de proteção ao ambiente, poderá sofrer as sanções previstas na legislação ambiental e ser desapropriado por interesse público, se houver motivação para isso; não poderá, contudo, sofrer desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, justamente por não poder ser classificado como imóvel improdutivo.

167. Devido à ampla destinação da seguridade social no regime constitucional brasileiro, a previdência social não se destina a atender apenas aos casos de morte, invalidez e idade avançada, mas deve propiciar a cobertura de casos de doença, a proteção à maternidade, a do trabalhador em situação de desemprego involuntário e, até, a dos dependentes de certos segurados, no caso de prisão destes.

168. A Constituição da República estatui que cabe à lei complementar disciplinar as limitações constitucionais ao poder de tributar; porém, como o próprio texto constitucional traz essas limitações e as normas respectivas têm caráter limitador da ação estatal, elas possuem, na maioria dos casos, aplicabilidade imediata, independentemente da regulamentação infraconstitucional.

169. Em sentido amplo, a intervenção do Estado no domínio econômico não se dá apenas naqueles casos em que o poder público atue diretamente como agente econômico; também a produção de normas acerca da atividade econômica constitui, para parte da doutrina, modalidade dessa intervenção, assim como o planejamento econômico, destinado à racionalização dessa mesma intervenção.

UnB / CESPE – SGA / CEAJUR / DF Concurso Público (Aplicação: 11/11/2001) Categoria Funcional: Assistente Jurídico de 2.a Categoria – 10 / 12

A Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2.061-7, julgada parcialmente procedente pelo STF, foi ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), ante a não-observância da norma do art. 37, X, da Constituição da República, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional n.º 19, de 5/6/1998, que assim dispõe em relação à administração pública:

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4.º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Considerando a jurisprudência do STF acerca do controle de constitucionalidade e o fato de que, na espécie, a inconstitucionalidade decorre de ato omissivo, justamente porque a lei necessária para assegurar a revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais sequer teve seu processo legislativo deflagrado, julgue os itens a seguir.

170. A mora que atinge o direito dos servidores públicos federais deve ser atribuída ao presidente da República, e não ao Poder Legislativo, pois é da iniciativa privativa daquele a lei que disponha quanto ao aumento da remuneração desses servidores.

171. De acordo com o STF, a inconstitucionalidade objeto de controle concentrado deve ser apurada em face da Constituição vigente; por isso, não se pode cogitar nesta ação da mora porventura existente antes da EC 19.

172. A inconstitucionalidade por omissão pode ser declarada ainda quando a Constituição atribui ao legislador mera faculdade de editar a norma.

173. O STF reconhece, em casos de controle concentrado da omissão, não ter a prerrogativa de expedir provimentos normativos com o objetivo de suprir a inatividade do órgão inadimplente.

174. A omissão inconstitucional que dá ensejo à declaração abstrata de inconstitucionalidade perante o STF pode advir de órgão ou poder da esfera estadual.

A questão relativa ao controle concentrado de constitucionalidade das leis no âmbito da justiça do DF mostrou-se tormentosa devido às peculiaridades deste ente federativo e pelo fato de a Constituição da República estabelecer, em seu art. 125, que § 2.º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

Considerando o desenvolvimento jurisprudencial e legal da matéria, julgue os itens abaixo.

175. A omissão do texto constitucional em relação ao DF é coerente, porquanto este se rege por uma lei orgânica, à semelhança dos municípios, a qual não pode ser equiparada a uma constituição estadual.

176. A Lei Orgânica do DF foi alterada para disciplinar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo distrital ajuizada perante o TJDF, visando suprir a lacuna da Constituição da República acerca do tema.

177. As leis distritais não podem ser consideradas estaduais nem municipais; por isso, a admissão de um controle de constitucionalidade concentrado local foi repelida pelo STF, antes do advento de norma específica prevendo essa competência ao TJDF.

178. Os partidos políticos estão legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade perante o TJDF, mas precisam comprovar que possuem representação na Câmara Legislativa.

179. Enquanto não havia previsão normativa de controle concentrado no âmbito da Justiça do Distrito Federal, o STF admitia que qualquer lei distrital pudesse ser objeto de confronto abstrato com a Constituição da República.

Os recentes atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos da América trouxeram, para todo o mundo ocidental, uma profunda reflexão quanto ao processo de evolução e afirmação dos direitos fundamentais, notadamente aqueles referidos como direitos da primeira dimensão ou primeira geração. Nesse contexto, assumem papel importante a hermenêutica e a criação jurisprudencial, à medida que reconhecem novos conteúdos e funções a alguns direitos tidos por tradicionais.

Acerca dos direitos fundamentais, julgue os itens que se seguem.

180. Esses episódios atentatórios das liberdades básicas infirmam a tese de que os direitos fundamentais constituem categoria jurídica aberta e mutável.

181. A cláusula do devido processo legal substantivo, enquanto garantia do Estado Democrático de Direito, pode abrigar um juízo de proporcionalidade entre a medida da restrição a um direito fundamental e o fim a ser colimado pela norma.

182. A interpretação jurídica das normas de direitos fundamentais tem natureza axiológica e está condicionada às mutações históricas sofridas pela sociedade.

183. O direito à paz, ao desenvolvimento social e à autodeterminação dos povos foi revelado com o Estado de Direito Liberal, cujo paradigma é o homem coletivamente considerado.

184. As normas de direitos fundamentais de cunho programático acarretam a revogação dos atos normativos anteriores e contrários ao seu conteúdo, o que demonstra serem portadoras de uma carga de eficácia.

A Constituição da República prescreve ser o MP instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Para cumprir seu relevante papel constitucional, o MP foi devidamente instrumentalizado com poderes e garantias, sendo também previstas vedações a seus integrantes.

Com relação a esse assunto, julgue os itens seguintes.

185. A partir da promulgação da Constituição da República de 1988, restou definitivamente proibido aos membros do Ministério Público da União (MPU) o exercício da advocacia, tendo esta vedação alcançado tanto os antigos como os novos integrantes da instituição.

186. O MP pode ajuizar ação civil pública visando coibir e punir atos de improbidade administrativa.

187. O chefe do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios é nomeado pelo chefe do MPU, entre integrantes da carreira, tendo cargo exonerável *ad nutum*.

188. O STF fixou entendimento de que o MP não pode ajuizar ação civil pública com pedido *incidenter tantum* de inconstitucionalidade de lei, porque os efeitos *erga omnes* da decisão transformam-na em verdadeira ação direta de inconstitucionalidade, cuja iniciativa é atribuída ao procurador-geral de justiça e não a um promotor de justiça.

189. O MP com funções junto a tribunal de contas tem legitimidade para promover ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social quando, no desempenho das suas atribuições, tiver conhecimento e acesso a documentos comprobatórios de fraudes que tragam prejuízo ao erário.

O federalismo é princípio fundamental da ordem constitucional brasileira e foi explicitado por meio de inúmeros dispositivos que lhe dão configuração própria, a partir dos quais seguem-se outros desdobramentos. Quanto ao tema, julgue os itens a seguir.

190. O modelo adotado — federalismo de equilíbrio — prevê competências concorrentes para legislar e competências administrativas comuns.

191. A representação dos estados e do DF no Poder Legislativo central fica a cargo do Senado Federal; cada um desses entes autônomos terá exatamente dois senadores com mandato de oito anos.

192. A modificação da repartição tributária em eventual reforma constitucional não atinge o modelo de federação adotado, muito menos pode-se configurar em ameaça a cláusula pétreia.

193. A organização e a manutenção, no DF, pela União, da Defensoria Pública, da Procuradoria e do Ministério Público violam a autonomia desse ente federativo.

194. As constituições estaduais são ordenamentos parciais constitutivos do Estado federal, possuindo caráter derivado e subordinado ao poder constituinte nacional.

UnB / CESPE / STM – Superior Tribunal Militar Aplicação da Prova: 28/11/2004

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva acerca de nacionalidade, a ser julgada à luz da Constituição Federal.

195. Manoel Antônio, jurista de reputação internacional, é brasileiro naturalizado, com doutorado na Universidade do Texas – EUA, e ocupa atualmente o cargo de professor-visitante da Universidade de Brasília (UnB). Nessa situação, Manoel Antônio, em nenhuma hipótese, poderá ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

196. Carol, cidadã norte-americana, e Luigi, cidadão italiano, que são casados há 8 anos e moram na Itália, estavam passando férias no Rio de Janeiro desde setembro de 2004. Carol estava grávida e o nascimento da criança estava previsto para novembro. Dois dias antes do vôo de volta à Itália, o filho de Carol nasceu no Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessa situação, em face das previsões constitucionais, o filho do casal será considerado brasileiro nato.

197. Manoel é cidadão português e reside em Brasília há 13 anos ininterruptos, trabalhando como auxiliar de enfermagem no Hospital Universitário. Nessa situação, caso apresente idoneidade moral, não há óbice constitucional para Manoel adquirir a nacionalidade brasileira.

Julgue os itens seguintes, relativos aos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal.

198. Os poderes de Estado, apesar de independentes, devem atuar de maneira harmônica. O princípio da separação de poderes consagrado na Constituição Federal assegura que um poder controle os demais e por eles seja controlado. Esse princípio é denominado, pela doutrina do direito constitucional, teoria dos freios e contrapesos.

Considerando a garantia fundamental da inviolabilidade do sigilo de correspondência e de comunicações telegráficas, julgue os itens que se seguem.

199. O sigilo das comunicações telegráficas, como todo direito fundamental, tem caráter absoluto.

200. Considere a seguinte situação hipotética. João foi condenado a pena de 30 anos de prisão por tráfico de drogas e outros crimes. Líder do tráfico de drogas na favela ABC da capital de seu estado, João está cumprindo a pena no presídio HG. Nessa situação, a administração do presídio poderá, com fundamento em razões de segurança pública, de disciplina prisional e de preservação da ordem jurídica, excepcionalmente, violar as correspondências de João.

Julgue os itens seguintes, relativos a direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

201. A situação de policial civil com direito a prisão especial não se caracteriza como regalia em conflito com o princípio da isonomia, pois a própria Constituição assegura aos presos o respeito à integridade física e moral.

202. Considere a seguinte situação hipotética. O governador de determinado estado brasileiro editou decreto vedando a realização de manifestação pública com a utilização de carros e aparelhos sonoros nas praças centrais da capital, onde estão localizados o palácio do governo e a sede do Poder Judiciário. Nessa situação, o decreto é inconstitucional, pois viola a garantia constitucional que assegura esse direito, inviabilizando o exercício do próprio direito ao impedir a comunicação entre os manifestantes.

Acerca do direito administrativo brasileiro e considerando a Constituição Federal, julgue o item que se segue.

203. A Constituição Federal assegura a todo cidadão, inclusive aos estrangeiros, acessibilidade aos cargos públicos, garantido-se o princípio administrativo da igualdade. Assim, considerando concurso de âmbito nacional, não pode um edital determinar a classificação dos candidatos por unidade da Federação uma vez que um candidato poderá classificar-se em uma delas com nota inferior ao que, em outra, não alcance a classificação respectiva.

Com referência às funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

204. O Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público da União, nomeado por livre indicação do presidente da República e escolhido entre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e de reputação ilibada.

205. Considere a seguinte situação hipotética. Mário é formado em direito e integrante da carreira do Ministério Público Militar. Nessa situação, não haverá nenhuma vedação a que, caso Mário seja aprovado em concurso para professor da Faculdade de Direito da UnB, ele passe a exercer também a função pública de magistério.

206. O ingresso na carreira do Ministério Público Militar deve ser precedido de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do comando supremo das Forças Armadas.

207. Segundo a Constituição Federal, a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Contudo, um defensor público do Distrito Federal não tem legitimidade para defender os necessitados no STF, devendo estes dirigirem-se ao Procurador-Geral da República.

208. Para ingresso na carreira de defensor público, portador do grau de bacharel em direito terá necessariamente que se submeter aos ditames da Constituição de 1988 que exigem o ingresso na carreira mediante concurso público de provas e títulos.

O plenário do STF considerou insubsistentes requerimentos aprovados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do BANESTADO sobre quebra de sigilo telefônico de Juscelino Nunes Vidal, advogado de uma empresa investigada pela comissão, bem como sua convocação para depor.

A decisão unânime foi tomada hoje (7/10) no julgamento de segurança (MS 25005) do advogado e seguiu o voto do relator, ministro Marco Aurélio. O principal argumento para a decisão foi a falta de quorum na ocasião em que os requerimentos foram aprovados pela CPMI. “Registrou-se a presença de 16 parlamentares, quando indispensável seria contar-se com 18”, disse Marco Aurélio, ao referir-se à ata da reunião da comissão no dia da aprovação da quebra de sigilo. Para o ministro, que foi acompanhado pelos demais, “na Casa das Leis, procedeu-se à reunião sem que se respeitasse o quorum próprio, ou seja, deliberou-se sem a maioria absoluta”. O relator também rejeitou argumento do presidente da CPMI do BANESTADO, senador Antero Paes de Barros (PSDB – MT), quanto à ilegitimidade do advogado para contestar o ato da comissão. Ele disse que o pedido do advogado objetivou preservar direito próprio e protegido constitucionalmente — o sigilo profissional. Marco Aurélio havia suspenso os requerimentos no início de agosto, quando concedeu a liminar pedida pelo advogado. Notícias do STF. Internet: <<http://www.stf.gov.br>>. Acesso em 7/10/2004 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens subseqüentes, relativos ao Congresso Nacional, ao processo legislativo e aos direitos e deveres individuais, coletivos e sociais.

209. Pela análise do texto e segundo a Constituição Federal, ministro de Estado pode ser convocado pela Câmara dos Deputados para prestar informações pessoalmente acerca de matéria de interesse dessa Casa legislativa.

210. Na hipótese de o senador presidente da CPMI encontrar irregularidades nas declarações de imposto de renda de ministro de Estado, ele deverá instaurar processo perante o Senado Federal, com a autorização de dois terços de seus membros.

211. Segundo a Constituição Federal, ministro do STF pode propor emenda à Constituição ao presidente dessa Corte, que a encaminhará ao Congresso Nacional.

212. O “sigilo telefônico” é direito e garantia fundamental do cidadão, conforme prevê a Constituição Federal. Com efeito, é correto afirmar que uma proposta de emenda tendente a abolir essa garantia não será objeto de deliberação.

213. O STF, o STM, os deputados federais e os senadores da República podem propor leis complementares e ordinárias nos casos previstos na Constituição.

214. Associação de aposentados de estado da Federação legalmente constituída em setembro de 2004 poderá impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses relativos ao desconto no pagamento da aposentadoria de seus associados.

215. Segundo a Constituição Federal, qualquer servidor do STM ou do STF é parte legítima para propor ação popular, arcando com as custas judiciais apenas quando não obtiver êxito.

216. Caso algum funcionário da empresa investigada pela CPMI seja condenado a pena de prisão por juiz competente, ele poderá ser destacado a realizar, na penitenciária, trabalhos forçados, segundo a natureza do crime e garantido o respeito à integridade física e moral.

217. Considerando a possibilidade de os funcionários da empresa investigada pela CPMI fundarem um sindicato, deverão os candidatos a cargos eletivos da diretoria, por exigência do Ministério do Trabalho e Emprego, requerer autorização da administração municipal competente.

218. Sindicato constituído regularmente pode defender os interesses individuais da categoria em demandas judiciais ou administrativas.

UnB / CESPE / AGU – Concurso Público – Aplicação: 25/4/2004 Cargo: Procurador Federal de 2.ª Categoria

Quanto ao conceito e à classificação das constituições e das normas constitucionais, à hermenêutica constitucional, às normas programáticas e ao preâmbulo na Constituição da República de 1988 e, ainda, acerca do histórico das disposições constitucionais transitórias, julgue os itens seguintes.

219. As constituições costumeiras são flexíveis, ao passo que as constituições rígidas podem ser flexíveis, semi-rígidas ou rígidas.

220. Em consonância com precedente do Supremo Tribunal Federal (STF), o preâmbulo da Constituição Federal vigente, em razão de sua natureza jurídica de norma constitucional, pode ser invocado para a defesa de um direito.

221. Verifica-se a existência de disposições constitucionais transitórias em todos os textos constitucionais brasileiros, desde a Constituição de 1891, e, segundo precedente do STF, as normas que integram as disposições constitucionais transitórias, como categorias normativas subordinantes, impõem-se no plano do ordenamento estatal.

222. As normas programáticas são normas jurídico-constitucionais de aplicação diferida que prescrevem obrigações de resultados, e não obrigações de meio, sendo, no caso brasileiro, vinculadas ao princípio da legalidade ou referidas aos poderes públicos ou dirigidas à ordem econômico-social.

223. O método de interpretação constitucional denominado hermenêutico-concretizador pressupõe a pré-compreensão do conteúdo da norma a concretizar e a compreensão do problema concreto a resolver, havendo, nesse método, a primazia do problema sobre a norma, em razão da própria natureza da estrutura normativo-material da norma constitucional.

Em relação a poder constituinte, controle de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade (ADI), ação declaratória de constitucionalidade (ADC) e arguição de descumprimento de preceito fundamental, julgue os itens a seguir.

224. Segundo doutrinadores ligados à corrente jusnaturalista, preexistem princípios à constituição escrita, autônomos em relação às decisões do legislador constituinte, e que o vinculam de tal sorte que as normas constitucionais que os contrariem devam ser consideradas juridicamente inválidas e não-obrigatórias.

225. Desde a Constituição de 1891, na evolução histórico-constitucional do sistema de controle de constitucionalidade, no Brasil, diferentemente do que ocorre em alguns Estados europeus, as decisões do Poder Judiciário sobre a constitucionalidade das leis nunca foram passíveis de revisão pelo Poder Executivo ou pelo Poder Legislativo.

226. Segundo o entendimento do STF, por ser a ADI uma ADC com sentido invertido, é constitucional a extensão, por lei ordinária, do efeito vinculante atribuído à ADC pela Constituição Federal.

227. De acordo com a jurisprudência do STF, em razão do princípio da subsidiariedade, que rege o ajuizamento da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental, a mera possibilidade de utilização de outros meios processuais, por si só, basta para justificar o não-conhecimento da ação.

No que se refere às declarações de direitos, aos direitos e garantias individuais e coletivos e, ainda, ao princípio da legalidade, ao princípio da isonomia e ao regime constitucional da propriedade na Constituição da República de 1988, julgue os itens subsequentes.

228. A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia constitui a primeira declaração de direitos fundamentais em sentido moderno, sendo anterior à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão francesa.

229. As garantias institucionais, uma decorrência dos direitos fundamentais de segunda geração, tiveram papel importante na transformação do Estado em agente concretizador dos direitos coletivos ou de coletividades, sociais, culturais e econômicos.

230. Segundo a doutrina, os efeitos horizontais dos direitos, liberdades e garantias individuais dizem respeito às suas limitações recíprocas, na ordem constitucional.

231. No caso brasileiro, a aplicação do princípio da legalidade a uma matéria não afasta a possibilidade de que, sob certas condições expressas no texto constitucional, seja ela regulada por um ato equiparado à lei formal.

232. O princípio da isonomia, em seu sentido de igualdade formal, não admite o tratamento diferenciado entre os indivíduos.

233. Obedecidos os requisitos constitucionais relativos a dimensões e período temporal de ocupação, aquele que ocupar área urbana, pública ou privada, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para moradia própria ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Acerca da tutela constitucional das liberdades na Constituição da República, julgue os itens que se seguem.

234. Para fins de utilização do *habeas data* com vistas ao acesso a informações pessoais, considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados que não seja de uso privativo do órgão ou da entidade produtora ou depositária das informações.

235. Em consonância com a jurisprudência do STF, nos mandados de segurança coletivos impetrados por sindicato em defesa de direito subjetivo comum aos integrantes da categoria, exige-se, na inicial, a autorização expressa dos sindicalizados, uma vez que se trata de hipótese de representação e não de substituição processual.

Quanto aos direitos sociais e aos princípios constitucionais do trabalho, julgue os itens a seguir.

236. Segundo o STF, ainda que a empresa funcione de forma contínua, por meio de turnos ininterruptos de revezamento, o tempo de intervalo intrajornada, concedido no turno, não é computado como horário de jornada de trabalho, para fins de aferição do respeito, pela empresa, do horário máximo de seis horas, permitido pela Constituição Federal para a jornada nesse regime de trabalho.

237. São princípios constitucionais do trabalho, expressos ou deduzíveis na Constituição Federal de 1988, o princípio da proteção do trabalhador e o princípio da não-discriminação.

Em relação ao Estado federal e à Federação brasileira, julgue os itens seguintes.

238. Nos Estados modernos, na repartição das competências entre as entidades componentes do Estado federal, as constituições têm combinado as técnicas de definição de poderes enumerados, remanescentes ou indicados com a possibilidade de delegação e com o estabelecimento de áreas comuns de competência ou de setores concorrentes.

239. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em favor da União, em matéria tributária, uma competência legislativa residual.

Quanto ao estado democrático de direito e à organização dos poderes, julgue os itens subseqüentes.

240. O papel reservado à lei, tanto no estado de direito clássico, como no estado democrático de direito, é exatamente o mesmo, uma vez que, em ambos, a lei deve limitar-se a arbitrar soluções para os litígios eventualmente existentes entre o Estado e o indivíduo e entre os indivíduos, regulando as relações sociais.

241. A partir da aplicação dos princípios gerais que regem a concepção do sistema de freios e contrapesos na Constituição da República, é possível deduzir controles entre os poderes que não estejam expressos no texto constitucional.

No que se refere à União e aos estados-membros, julgue os itens a seguir.

242. A competência legislativa da União, prevista no art. 22 da Constituição Federal, é uma competência privativa porque comporta as possibilidades de delegação e de competência legislativa suplementar dos estados e do Distrito Federal (DF).

243. Segundo o STF, os limites constitucionalmente estabelecidos para o poder constituinte estadual determinam que, aplicado o princípio da simetria, um núcleo central da Constituição Federal seja obrigatoriamente reproduzido na constituição do estado-membro; caso contrário, as normas que integram esse núcleo não incidirão sobre a ordem local.

244. Em razão de sua autonomia financeira, uma consequência do princípio federativo, os estados podem, respeitados os limites decorrentes do texto da Constituição Federal, promulgar leis estaduais sobre direito financeiro e estabelecer normas orçamentárias específicas.

Acerca da administração pública e dos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

245. Na Constituição Federal, a inserção do princípio da eficiência como princípio administrativo geral fez acompanhar-se de alguns mecanismos destinados a facilitar a sua concretização, como a participação do usuário na administração pública indireta e a possibilidade de aumento da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta.

246. O regime previdenciário do servidor público é de caráter contributivo e solidário e constituído por recursos decorrentes, exclusivamente, da contribuição dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.

No que diz respeito à organização e às atribuições do Poder Legislativo e ao processo legislativo, julgue os itens seguintes.

247. O Congresso Nacional não entrará em recesso caso o projeto de lei de diretrizes orçamentárias não seja aprovado até o último dia do primeiro semestre do ano.

248. No processo legislativo do projeto de lei do orçamento anual, somente após o início da votação do projeto no plenário do Congresso Nacional é que não poderá mais o presidente da República encaminhar mensagem propondo modificações no conteúdo dessa proposição.

Em relação ao STF, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), à justiça federal e à AGU, julgue os itens subseqüentes.

249. Segundo o entendimento do STF, não constitui afronta à competência do tribunal o processamento e o julgamento, pelos tribunais estaduais, de uma ação civil pública cujo único objeto seja a discussão da constitucionalidade de uma lei federal, em tese, uma vez que da decisão caberá recurso ao STF.

250. É da competência originária do STJ processar e julgar os conflitos de atribuição entre autoridades judiciárias dos estados e autoridades administrativas da União, com ou sem risco para o princípio federativo.

251. Todo crime praticado a bordo de uma aeronave comercial civil brasileira, ainda que fora do espaço aéreo brasileiro, será da competência da justiça federal.

Quanto às limitações constitucionais do poder de tributar, aos princípios gerais da ordem econômica e financeira, à intervenção do Estado no domínio econômico, ao meio ambiente e aos direitos das populações indígenas, julgue os itens a seguir.

252. Com exceção dos impostos sobre a importação de produtos estrangeiros, sobre a exportação de produtos nacionais ou nacionalizados, sobre os produtos industrializados e sobre as operações de crédito, câmbio ou seguro ou relativas a títulos imobiliários, todos os demais impostos majorados nos últimos trinta dias de um exercício financeiro só serão exigíveis no exercício financeiro seguinte, após noventa dias contados da data da publicação do ato que os majorar.

253. A defesa do meio ambiente, como princípio geral da ordem econômica, permite tratamento diferenciado para produtos e serviços em razão do impacto ambiental decorrente de sua produção ou execução.

254. A contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização do petróleo poderá ter sua alíquota reduzida ou restabelecida por decreto, a ela não se aplicando o princípio da anterioridade.

255. A definição de localização das usinas que operem com reator nuclear deve ser feita por meio de decreto do Poder Executivo federal, sem o qual elas não poderão ser instaladas.

256. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingresso em juízo em defesa de seus direitos, embora deva o Ministério Público intervir em todos os atos do processo.

UnB / CESPE – ANATEL – Concurso Público – Aplicação: 12/9/2004 Cargo 8: Técnico Administrativo

Julgue os itens seguintes, que versam sobre direito constitucional, no que se refere a direitos e garantias fundamentais, à federação brasileira, ao controle da constitucionalidade, às funções essenciais, à justiça, aos direitos políticos, ao Poder Legislativo e garantia de seus membros e à comunicação social.

257. Considere a seguinte situação hipotética. A polícia solicitou a um empregado da ANATEL a abertura de uma correspondência funcional que estava em seu poder para ajudar nas investigações de um crime. Nessa situação, a solicitação deverá ser atendida, pois não existe o sigilo de correspondências para a polícia e, nesse caso, a violação de correspondências independe de ordem judicial.

258. Considere a seguinte situação hipotética. Um cidadão solicitou, formalmente, na seção apropriada de uma repartição pública, informações a seu respeito constantes dos arquivos dessa repartição. Nessa situação, o pedido não lhe pode ser negado, pois o acesso à informação é um direito fundamental. Se acaso for violado, o interessado poderá ajuizar ação de *habeas data*.

259. A República Federativa do Brasil, constituída sob o Estado Democrático de Direito, traz como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana. Qualquer ato dos três poderes da República que deixar de observar esse princípio poderá ser considerado inconstitucional.

260. Considere a seguinte situação hipotética. O Congresso Nacional aprovou uma emenda que alterou o texto da Constituição Federal no que se refere aos direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Nessa situação, a emenda não pode ser considerada constitucional, pois o sistema jurídico brasileiro acolhe o princípio da supremacia da Constituição, segundo o qual uma emenda constitucional não pode dispor contra as normas da Constituição Federal ou alterá-las.

261. Considere a seguinte situação hipotética. O procurador geral da República, ao entender que uma resolução da ANATEL, em tese, vulnerava a Constituição Federal, propôs ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF). Nessa situação, ele exercitou uma das formas de controle da constitucionalidade de leis e atos normativos (controle direto) admitidos pelo sistema jurídico nacional e a decisão a ser proferida pelo STF se estenderá a todos do território brasileiro em caráter obrigatório.

262. O Brasil é uma República Federativa formada pela união indissolúvel dos estados, do Distrito Federal (DF), dos municípios e territórios.

263. Considere a seguinte situação hipotética. Um órgão de imprensa vedou a publicação de uma matéria paga porque seu autor não queria se identificar. Nessa hipótese, o referido órgão violou a liberdade de expressão e a manifestação do pensamento, asseguradas constitucionalmente, pois, em ambos os casos, é garantido o anonimato.

264. São consideradas funções essenciais à justiça o Ministério Público, a advocacia pública, a advocacia privada e a defensoria pública.

265. Considere a seguinte situação hipotética. Uma eleitora com 61 anos de idade recebeu uma notificação do respectivo Tribunal Regional Eleitoral para justificar seu não-comparecimento à votação na eleição direta para presidente da República. Nessa situação, a eleitora poderá justificar-se alegando ser facultativo o voto para maiores de 60 anos de idade.

266. O Poder Legislativo federal é formado pelo Congresso Nacional, que é constituído pelo Senado Federal, com representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, e pela Câmara dos Deputados, com representantes dos estados e do DF.

267. Considere a seguinte situação hipotética. Um deputado federal, durante o período do cumprimento de seu mandato, cometeu crime de homicídio. Nessa situação, se o crime não tiver sido praticado no exercício da sua função de parlamentar, o deputado não possuirá imunidade e poderá ser processado na justiça criminal, a qualquer tempo, independentemente de concessão de prévia licença da Câmara dos Deputados.

268. Considere a seguinte situação hipotética. Um indivíduo acusado por crime de roubo foi condenado, com trânsito em julgado da sentença, ou seja, em caráter definitivo. Nessa hipótese, enquanto durarem os efeitos da condenação, os direitos políticos do indivíduo ficarão suspensos, de acordo com a Constituição Federal.

269. Considere a seguinte situação hipotética. Um filme exibido na televisão, antes de ser apresentado, mostrou a informação de não ser recomendado para menores de 16 anos de idade. Nessa hipótese, de acordo com a Constituição Federal, tal observação é inconstitucional, pois está vedada qualquer forma de censura.

270. A propriedade de empresa jornalística de sons e imagens e da radiodifusão sonora é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

À luz do direito constitucional, julgue os itens a seguir, no que se refere à administração pública e aos ministros de Estado.

271. Considere a seguinte situação hipotética. Um ministro de Estado, observando a previsão legal de cargo em comissão, nomeou como seu assessor uma pessoa de sua extrema confiança, sem prévio concurso público. Nessa situação, o ministro deixou de atender à Constituição, que exige, em qualquer caso, a aprovação em concurso público para o exercício de cargo ou emprego na administração pública.

272. Considere a seguinte situação hipotética. O governador de um estado, ao editar uma cartilha que ensina como a coletividade poderia contribuir para a formulação de políticas públicas, imprimiu o símbolo de seu partido político na publicação. Nessa situação, a publicação do referido símbolo pode resultar em ilegalidade do governador, por promoção pessoal, pois a Constituição proíbe a veiculação de símbolos dessa natureza em impressos pagos com dinheiro público.

273. Os ministros de Estado são escolhidos entre brasileiros maiores de 21 anos de idade e no exercício dos direitos políticos.

UnB / CESPE – CER/RR / Concurso Público – Aplicação: 4/4/2004 PROVA 13 / Cargos de 34 a 40: Assistente Administrativo (todas as funções)

No que se refere ao direito constitucional, julgue os itens que se seguem.

274. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União.

275. Considere a seguinte situação hipotética. A Assembléia Legislativa de Roraima aprovou uma lei que proíbe a instalação de usinas termelétricas no território do estado. Nessa situação, a lei aprovada é constitucional, pois compete concorrentemente à União e aos estados legislar sobre energia elétrica.

Considerando que a Companhia Energética de Roraima (CER) é uma empresa pública estadual, julgue os itens a seguir, referentes ao direito constitucional.

276. Considere a seguinte situação hipotética. Uma determinada empresa de telefonia solicitou à CER informações acerca da existência de débitos vencidos em nome de José Albuquerque, que é cliente de ambas as empresas. Nessa situação, a CER deve fornecer as informações solicitadas porque, como a administração pública deve observar o princípio da publicidade, uma empresa pública não pode deixar de fornecer a particulares informações constantes de seus cadastros.

277. Por força de determinação constitucional, o fato de a CER ser uma empresa pública faz que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) não seja aplicável aos contratos por ela celebrados.

Em Roraima, existe um curso de água, o rio Azul, que corre exclusivamente no território do município Trindade. O potencial de energia hidráulica desse rio é aproveitado para a geração de energia elétrica pela Usina de Macacos. Essa usina é de propriedade da empresa privada Eletroágua S.A., que é concessionária do aproveitamento energético de todo o potencial hidráulico do rio Azul.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens subseqüentes.

278. Para explorar economicamente a Usina de Macacos, a Eletroágua precisa estabelecer contrato de concessão com o estado de Roraima.

279. O fato de a Eletroágua S.A. ser uma empresa concessionária de exploração econômica de bem público não faz que ela tenha o dever de selecionar empregados mediante concurso público.

UnB / CESPE – CNPq – Concurso Público – Aplicação: 18/7/2004 Cargo 12: Analista em Ciência e Tecnologia Júnior I – 6 –

No que se refere às normas constitucionais, julgue os itens subseqüentes.

280. Uma eventual participação de forças armadas brasileiras em uma coalizão destinada a invadir um país, sob a alegação de desrespeito aos direitos humanos, não encontraria amparo na Constituição da República, porque, nas suas relações com os Estados estrangeiros, o Brasil rege-se pelos princípios da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, entre outros.

281. Considere a seguinte situação hipotética. Laura, que é enfermeira detentora de cargo público federal nessa atividade, foi aprovada em concurso para cargo de enfermeira no Distrito Federal. Nessa situação, para assumir o segundo cargo, Laura terá de deixar o primeiro, ainda que haja compatibilidade de horários.

282. Apesar de a valorização da livre iniciativa ser um dos fundamentos do Estado brasileiro, é dever do governo conceder meios e condições especiais de trabalho aos que se ocupem com as áreas de ciência, pesquisa e tecnologia.

283. Caso determinado candidato seja aprovado em concurso público para cargo federal, ao entrar em exercício, ficará sujeito a avaliação que inclui, entre outros aspectos, a produtividade no exercício do cargo.

GABARITO:

1. D;	42. E	83. E	124. C	165. E	206. E	247. C
2. E;	43. C	84. E	125. E	166. E	207. E	248. E
3. E;	44. E	85. E	126. C	167. C	208. C	249. E
4. A;	45. E	86. C	127. E	168. C	209. C	250. E
5. A;	46. C	87. E	128. E	169. C	210. E	251. E
6. B;	47. Nulo	88. C	129. C	170. C	211. E	252. E
7. E;	48. E	89. C	130. C	171. C	212. C	253. C
8. D;	49. E	90. E	131. C	172. E	213. C	254. C
9. E;	50. C	91. E	132. E	173. C	214. E	255. E
10. C;	51. E	92. E	133. E	174. C	215. E	256. C
11. E;	52. E	93. E	134. C	175. E	216. E	257. E
12. C;	53. E	94. C	135. C	176. E	217. E	258. C
13. C;	54. E	95. C	136. E	177. E	218. C	259. C
14. C;	55. E	96. E	137. C	178. C	219. E	260. E
15. C;	56. C	97. E	138. E	179. E	220. E	261. C
16. C;	57. C	98. C	139. C	180. E	221. C	262. E
17. E;	58. E	99. A	140. C	181. C	222. C	263. E
18. E;	59. E	100. E	141. E	182. C	223. E	264. C
19. C	60. C	101. B	142. E	183. E	224. C	265. E
20. E	61. C	102. C	143. C	184. C	225. E	266. E
21. E	62. E	103. E	144. E	185. E	226. C	267. E
22. C	63. C	104. C	145. E	186. C	227. E	268. C
23. C	64. E	105. C	146. E	187. E	228. C	269. E
24. E	65. C	106. E	147. E	188. E	229. C	270. C
25. C	66. C	107. E	148. C	189. E	230. E	271. E
26. E	67. E	108. C	149. C	190. C	231. C	272. C
27. C	68. E	109. C	150. C	191. E	232. E	273. C
28. E	69. C	110. C	151. C	192. E	233. E	274. C
29. C	70. C	111. E	152. C	193. E	234. C	275. E
30. C	71. E	112. E	153. E	194. C	235. E	276. E
31. E	72. E	113. C	154. E	195. C	236. E	277. E
32. C	73. C	114. E	155. C	196. C	237. C	278. E
33. E	74. C	115. C	156. E	197. C	238. C	279. C
34. D	75. C	116. C	157. C	198. C	239. C	280. C
35. E	76. E	117. E	158. C	199. E	240. E	281. E
36. C	77. C	118. C	159. E	200. C	241. E	282. C
37. A	78. E	119. E	160. E	201. C	242. C	283. C
38. B	79. C	120. E	161. E	202. C	243. E	
39. E	80. C	121. E	162. C	203. E	244. C	
40. E	81. E	122. C	163. E	204. E	245. C	
41. E	82. E	123. E	164. C	205. C	246. E	